

# ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

Boletim n.º 024/2017

Decreto n.º 44.279/2017 – Procedimentos  
de Autorização da Despesa Pública

Data: 26/07/2017



SECRETARIA  
DA CONTROLADORIA  
GERAL DO ESTADO



## Pactuação de Tetos e Revisão das Quotas Financeiras do Exercício

A Secretaria da Controladoria Geral do Estado (SCGE), através da Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas (DOGI) – Coordenadoria de Orientação (COR), no exercício de sua função, vem por meio deste boletim informar sobre a pactuação de tetos de controle da despesa do exercício, bem como da revisão das quotas financeiras do exercício no âmbito do Poder Executivo Estadual previstas nos capítulos III e V do Decreto Estadual n.º 44.279/2017.

### Da pactuação dos tetos – Capítulo III

De acordo com o referido Decreto Estadual, os tetos de controle da despesa são definidos para todo o exercício e reavaliados bimestralmente, devendo ser observado o comportamento da receita estadual e as decisões de Governo, oriundas dos seguintes aspectos:

I - pleitos descentralizados de alteração orçamentária aprovados pela **Câmara de Programação Financeira – CPF**;

II - pleitos de revisão de quotas financeiras aprovados conforme previsto no Capítulo V (Revisão das Quotas Financeira do Exercício), do aludido Decreto n.º 44.279/2017;

III - decisões específicas registradas em atas do Núcleo de Gestão ou do Monitoramento de Metas Prioritárias do Governador. (Grigo nosso).

Neste sentido, inicialmente, a Secretaria da Fazenda - SEFAZ definirá os referidos tetos de controle da despesa de cada exercício, **com base nas estimativas atualizadas da despesa**, de maneira que os tetos serão registrados em módulo específico do sistema e-Fisco (Planejamento Orçamentário - PLO), sob a gestão compartilhada da SEFAZ e da SEPLAG.

Ademais, após a pactuação, caso seja identificada eventual disponibilidade no teto de controle da despesa, a SEFAZ e a SEPLAG ficam autorizadas a realizar, **compartilhadamente**, correções internas, ou seja, remanejamento orçamentário e financeiro, porém, compatíveis com o valor total atribuído a cada UG e, que, naturalmente, não comprometam a execução das despesas previamente pactuadas.

### Da Revisão das Quotas Financeiras do Exercício – Capítulo V

Preliminarmente, as quotas iniciais e demais regras da programação financeira do Estado de Pernambuco serão estabelecidas

# ORIENTAÇÃO AOS GESTORES

anualmente por meio de decreto específico, **podendo ser revistas**, as citadas quotas, mediante acréscimo, redução ou remanejamento a critério da CPF, devendo ser observado os limites dos tetos de controle da despesa.

Os **pleitos de revisão das quotas financeiras** do exercício serão elaborados pelas UGCs de cada Secretaria de Estado ou órgão equivalente e encaminhados à **Coordenação de Controle do Tesouro Estadual – CTE/SEFAZ**, mediante funcionalidades do sistema e-Fisco, devendo ser detalhado as alterações propostas nos créditos orçamentários de cada ação.

As solicitações de alterações e inclusões de quotas para os Grupos de Despesa 3 (Outras Despesas Correntes), 4 (Investimentos) e 5 (Inversões Financeiras) deverão ser elaboradas em ciclos e regulamentadas anualmente. Ademais, as solicitações de alterações e inclusões de quotas de programação financeiras deverão ser submetidas à CPF pela CTE/SEFAZ, devendo o processo ser instruído com os seguintes elementos:

- I - impacto da alteração ou majoração nos tetos de controle da despesa;
- II - saldos disponíveis na ficha financeira solicitada,
- II – saldos nas demais fichas financeiras da UGC solicitante e em suas unidades gestoras executoras – UGEs,
- IV - histórico de execução da ficha financeira.

Entretanto, a CTE/SEFAZ está

dispensada de submeter à CPF as solicitações de alterações e inclusões de quotas de programação financeira referentes a alterações decorrentes de:

- I - reforma administrativa;
- II - correção de erros de operacionalização;
- III - atendimento a decisões do Núcleo de Gestão;
- IV - remanejamento de valores de quotas enquadrados nos tetos de controle da despesa;
- V - adequação das quotas decorrentes de alterações orçamentárias descentralizadas;
- VI - ajuste das quotas relativas a:
  - a) folha de pagamento;
  - b) auxílio-funeral e indenizações por invalidez e morte;
  - c) recursos de convênios e operações de crédito enquadrados aos tetos de controle da despesa;
  - d) adequação financeira das UG's de encargos gerais do Estado;
  - e) recursos próprios de entidades supervisionadas enquadrados nos tetos de controle da despesa;
  - f) alterações nas quotas referentes a emendas parlamentares; e
  - g) outros casos excepcionais definidos pela CPF.

Demais orientações que se façam necessárias, a Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas – Coordenadoria de Orientação, coloca-se à disposição através do site: [www.scgeorienta.pe.gov.br](http://www.scgeorienta.pe.gov.br).



Caso identifique que este Boletim está desatualizado ou apresente alguma informação incorreta/imprecisa, envie uma mensagem para o e-mail abaixo para descrever a impropriedade encontrada e sugerir a alteração.